

POVO E NAÇÃO NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA: VOCABULÁRIO E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Aluna: Paula Rodrigues Belem.
Orientador: Iimar Rohloff de Mattos.

Introdução

O projeto de pesquisa *PALAVRAS DO BRASIL – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil* tem como objetivo, através da trajetória histórica do Império do Brasil, compreender como novas palavras são incorporadas e antigas resignificadas expressando as experiências vividas pelos agentes sociais.

Objetivos

Nessa comunicação, tenho como objetivo mostrar um pouco da experiência vivida na época em que o Reino do Brasil se tornava independente. O caminho escolhido para obter esse resultado foi a pesquisa feita em periódicos durante o período que vai de 1821 a 1823. Estes serviram como veículo principal do ideário político de uma elite intelectual e política, a qual em benefício próprio exprimia seus valores e objetivos. A ação desses homens tornou-se fundamental para a compreensão de uma nova cultura política. A partir desse pressuposto, serão analisadas as resignificações do conceito de Povo e daqueles outros que lhes são correlatos.

Metodologia

Algumas considerações a respeito da Europa Ocidental, no início do século XIX, nos dão instrumentos que facilitam a compreensão da experiência histórica vivida pelos habitantes do Reino do Brasil daquele momento. O movimento iluminista, por exemplo, disponibilizaria um arsenal de idéias novas, colocando em xeque elementos característicos de uma sociedade absolutista. Koselleck, autor de grande importância na base teórica no projeto, se refere aos autores iluministas como responsáveis por separar a teologia da filosofia, já que submetiam a primeira a uma apreciação minuciosa da razão. Como consequência deste fato, tem-se uma anulação da perspectiva providencial da história, colocando nas mãos dos homens o rumo dos acontecimentos. Sendo assim, há também uma nova perspectiva de tempo histórico. A partir dessas transformações, Koselleck propõe quatro características fundamentais para auxiliar a compreensão dos conceitos político-sociais. A primeira chamada de *Temporalização* (Verzeitlichung) se refere ao entendimento dos conceitos em sua dinâmica no tempo. Isso porque a Idade Moderna provocou uma aceleração no que diz respeito ao campo da experiência. Com isso, não se garante mais o controle da experiência, mudando o horizonte de expectativa. Os conceitos, portanto, ganham emoção e alcançam expectativas que não possuíam anteriormente.

Até o século XVIII, o uso da terminologia política era restrita à estamentos concretos, ou seja, se restringia às elites da aristocracia, aos juristas e eruditos. Nos Estados absolutistas, por exemplo, a idéia de soberania está intimamente ligada à figura do Rei. Todavia, com o advento da modernidade e suas novas formas de pensar, a noção de soberania absoluta do monarca é, gradativamente, questionada. A Revolução Francesa mudaria o cotidiano desses homens. Além disso, ampliaria o debate acerca das liberdades e igualdades individuais, expressada pelo constitucionalismo, estabelecendo um novo pacto entre governantes e governados. A modernidade amplia o círculo dos participantes. A esta segunda característica,

Koselleck chama de *Democratização* (Demokratisierung) dos vocabulários políticos e sociais. Todas essas características também estiveram presentes no Reino do Brasil. A Imprensa, por exemplo, foi o principal veículo de difusão desse vocabulário. A valorização da palavra escrita aparece como novidade, pois o que prevalecia anteriormente era a oralidade. Os círculos de receptores, escritores e debates se ampliam, chegando às ruas, mas sem chegar a todas as camadas nem a cobrir em toda sua extensão da sociedade. A liberdade de imprensa pode ser considerada como indicador e fator deste processo. O ano 1821 assinala o aumento do número de publicações feitas pela Imprensa Régia em decorrência da Revolução de 1820 de Portugal. Isso porque a revolução aboliu a censura, propiciando ainda mais a democratização. Questionava-se a legitimidade do Rei, por isso, aos poucos se tornava fundamental os escritos constitucionalistas.

Toda essa discussão e a necessidade de instruir o público para o modelo constitucional fizeram da Imprensa no Reino do Brasil uma arena, onde os discursos e propostas se confrontavam. A imprensa assume, então, uma função pedagógica. A educação, a qual estava restrita à Igreja, atingiu as ruas e praças públicas através dos jornais, periódicos e panfletos. Ganha destaque a figura do autor desses artigos, mas também do leitor. Contudo, o ícone desse processo foi o leitor, pois nessa época a população era em sua maioria analfabeta. Reproduzindo o modelo de instrução religiosa, os novos conceitos do constitucionalismo eram difundidos entre o público na forma de catecismo político. Ao perguntar e responder o que era povo, os catecismos ajudavam a criar o que era povo como sujeito político. Koselleck nos aponta esse fenômeno como a terceira característica da modernidade, já que a pluralização do mundo social fez com que cada vez mais pessoas fossem interpeladas, implicadas e mobilizadas. A *Politização* (Politisierung) dos conceitos se deu com a dissolução dos agrupamentos sociais tradicionais, fazendo com que aqueles fossem utilizados como armas por classes contrárias a ordem estabelecida.

Vale lembrar, que as antigas significações já não são mais capazes de refletir as mudanças dos acontecimentos ou das estruturas sociais. Koselleck chama este crescente grau de agregação de conceitos em ideologia, a quarta característica, de *Ideologização* (Ideologisierung). No entanto, o ato de homogeneizar acaba por ofuscar a diversidade presente em cada indivíduo de uma sociedade. No caso da sociedade brasileira, o escravo não é inserido em nenhuma das propostas e, por isso, será excluído.

Conclusões

Os panfletos, jornais, folhetins e periódicos assumiram, no período que vai de 1821 a 1823 no Reino do Brasil, uma importante função pedagógica. O objetivo de formar uma cultura política nos moldes do constitucionalismo só seria possível, na visão desses homens, a partir da instrução do povo. As discussões caracterizadas pelo ideal liberal, marcantes do início do século XIX, contribuíram para a concepção de um novo sentido do conceito de Povo, caracteristicamente político. Através da noção de direitos e deveres, o conceito de povo vai, gradativamente, relacionando-se com o conceito de cidadão que por sua vez se transformava. Cidadão este, que era reconhecido no texto constitucional. Pode-se afirmar, portanto, que o conceito de Povo, nesta temporalidade histórica, foi aos poucos intimamente relacionado à defesa de uma soberania popular, redefinindo assim o próprio conceito de soberania, que antes era do monarca.

Contudo, vale ressaltar que esses debates políticos característicos da época se enquadram nos moldes de uma sociedade ainda marcadamente colonial. Portanto, as idéias de soberania popular e de cidadão, devem ser inseridas nos limites desta sociedade, fortemente marcada pela hierarquização e escravidão. Desta forma, as discussões em relação a projetos políticos e às liberdades políticas, estão restritas, em larga medida, aos elementos da “Boa Sociedade”.